

A PSICANÁLISE COMO EXPERIÊNCIA MORAL E ÉTICA

Marcelo Amorim Checchia

Psicanalista, membro do Fórum do Campo Lacaniano – SP e da EPFCL – Brasil, doutor em Psicologia Clínica pela Universidade de São Paulo.

E-mail: checchia@gmail.com

Resumo: Este artigo visa a apresentar argumentos por meio dos quais se possa compreender as dimensões ética e moral da experiência psicanalítica ressaltadas por Lacan em seu seminário sobre a ética da psicanálise. Para isso, primeiramente, busca diferenciar o uso dos termos ética e moral na obra de Lacan para, em seguida, relacioná-los ao imperativo moral da experiência psicanalítica – fundamentado na máxima freudiana *Wo Es war, Soll Ich werden* –, proposto por Lacan, em suas relações com o desejo e com o gozo. Ao final, procura delimitar os alcances e problemas de tal formulação.

Palavras-chave: ética; moral; psicanálise; Lacan.

Abstract: This article presents arguments by which it's possible to understand the ethical and moral dimensions of the psychoanalytic experience highlighted by Lacan in his seminar on the ethics of psychoanalysis. Firstly, it seeks to differentiate the use of ethical and moral terms in Lacan's work to then relate them to the moral imperative of psychoanalytic experience – based on the Freud' statement: *Wo Es war, Soll Ich werden* –, proposed by Lacan, in its relations with the desire and enjoyment. In the end, seeks to delimit the scope and problems of such formulation.

Keywords: ethics; moral; psychoanalysis; Lacan.

Ao se referir à experiência psicanalítica ao longo de seu sétimo seminário, Lacan ora a qualifica como moral, ora como ética. Entretanto, se a psicanálise não é uma filosofia e, mais especificamente, se não é uma ciência sobre os princípios da ação (que caracteriza o ramo da filosofia designada como *Ética*), não seria contraditório asseverar que a experiência psicanalítica pode ser qualificada como ética? Do mesmo modo, se a experiência psicanalítica não tem como finalidade estabelecer um conjunto de valores e de regras de conduta, não é, no mínimo, estranho qualificá-la como uma experiência moral? Além disso, não bastasse o fato de que ética e moral são conceitos provenientes

do campo filosófico, sendo delicada sua inclusão no campo psicanalítico, uma leitura pouco atenta pode levar à confusão e ao uso sinonímico de tais termos. Como, então, podemos entender a especificidade de cada uma dessas qualificações propostas por Lacan? Para tentar responder essa questão, antes de abordar verticalmente a experiência psicanalítica em suas relações com a ética e com a moral, é necessário esclarecer a diferença entre tais termos na obra do próprio Lacan.

Recordemos que ele nos diz que o estatuto do inconsciente é ético (LACAN, 1964/1996, p. 37). O que ele quer dizer com isso? Em primeiro lugar, devemos considerar que a ética, para Lacan (1959-1960/1997, p. 97), “começa no momento em que o sujeito coloca a questão desse bem que buscara inconscientemente nas estruturas sócias”. A ética é o campo das ações do sujeito em direção ao bem – porém, não exatamente ao Bem Supremo, a um querer fazer o Bem ou o Mal em função de um imperativo categórico, ou aos bens do campo da realidade para a utilização do gozo (também considerando, aí, o outro como um bem). O que a psicanálise revela, por meio de sua experiência e concepção de inconsciente, é que esse bem é *das Ding*, objeto que está na mais primitiva origem do inconsciente, objeto que causa o desejo e que está no fundamento da ação moral, cujo fim é o gozo. A ética psicanalítica incide, então, sobre o campo do desejo e do gozo simultaneamente. Da mesma forma, os conceitos de processo primário e secundário e de princípio de prazer e de realidade, bem como o conceito de repetição, por se referir aos princípios de funcionamento do inconsciente relacionados à busca do prazer e do gozo, também são situados como de ordem ética. Com isso, Lacan mostra que não só o estatuto do inconsciente é ético, mas que a experiência do inconsciente e sua teorização revolucionam o campo da ética.

Ao mesmo tempo, além de revolucionar o campo da ética, a psicanálise proporciona os maiores avanços no que diz respeito à moral: “o discurso freudiano trilha, no enunciado do problema ético, algo que, por sua articulação, permite-nos ir mais longe do que nunca se foi naquilo que é o essencial do problema moral” (ibid., p. 50). De que maneira, porém, podemos entender a noção de moral em Lacan? Para tratar dessa questão, tomemos, primeiro, alguns pontos levantados por Freud sobre esse assunto.

Freud trata do problema da moral pelo viés de sua gênese psíquica (supereu) e pela sua função social. Resultado de uma identificação com o pai que provoca uma divisão da “função paterna entre um juiz (o ideal do eu) e um carrasco (supereu)” (GOLDENBERG, 1994, p. 42), o supereu tem a função, segundo Freud, de fazer o homem renunciar às pulsões que seriam censuradas pelo ideal do eu. A consciência

moral, que, posteriormente, será considerada o supereu, diz Freud (1913/1996), é a própria percepção de uma renúncia a um desejo. A renúncia é, portanto, a essência da moralidade (FREUD, 1928/1996). Em *O ego e o id* (1923/1996, p. 66), Freud também chega a definir os termos da segunda tópica do ponto de vista moral: “do ponto de vista do controle instintual [pulsional], da moralidade, pode-se dizer do id que ele é totalmente amoral; do ego, que se esforça por ser moral, e do superego que pode ser supermoral e tornar-se tão cruel quanto somente o id pode ser”.

Lacan fundamenta-se nessa noção freudiana de moral, apreendendo, principalmente, a ideia de renúncia e da ferocidade do supereu nela implicada, isto é, quanto maior e mais frequente for a renúncia, mais forte será o imperativo de Gozo do supereu¹. Creio que é tendo em vista esse conflito decorrente da renúncia às satisfações pulsionais que Lacan (1959-1960/1997, p. 49) afirma que o conflito é de ordem moral e que a moral se enraíza no desejo (ibid., p. 12). Por um lado, portanto, a busca pelos bens é de ordem ética; por outro, o conflito decorrente dessa busca é de ordem moral. Tais conceitos devem ser tomados, então, como interdependentes, mas, especificando ainda mais essa oposição entre ética e moral, diria que em Lacan a ética da psicanálise é situada como concernente ao campo do desejo, enquanto o problema moral diz mais respeito ao gozo, embora se possa dizer, também, que a ética da psicanálise incide tanto sobre o desejo quanto sobre o gozo.

Com essa diferenciação, é possível notar, como bem fez Rinaldi (1996), o modo como Lacan também vai discernindo as dimensões ética e política dos bens. A busca pelos bens implica, simultaneamente, uma ética do desejo e uma moral do poder que incide sobre o ordenamento do serviço dos bens. Essa moral do poder, advinda

1 Dostoiévski, escritor cuja vida e obra foram analisadas por Freud, que tratou do tema da moral e da ética em diversas obras, em *Os irmãos Karamázov*, retrata bem os efeitos da renúncia em função do querer fazer o Bem ao próximo. Vale ler aqui um trecho no qual o *stárietz* conta a uma senhora a história de um médico: “eu, dizia ele, amo a humanidade, mas me admiro de mim mesmo; quanto mais amo a humanidade em geral, menos amo os homens em particular, ou seja, em separado, como pessoas isoladas. Em meus sonhos, dizia ele, não raro chegava a intentos apaixonados de servir à humanidade e é até possível que me deixasse crucificar em benefício dos homens se de repente isso se fizesse de algum modo necessário, mas, não obstante, não consigo passar dois dias com ninguém num quarto, o que sei por experiência. Mal a pessoa se aproxima de mim, e eis que sua personalidade já esmaga meu amor próprio e tolhe minha liberdade. Em vinte e quatro horas posso odiar até o melhor dos homens” (DOSTOIÉVSKI, 1879/2008, p. 92). Em diversos momentos Dostoiévski refuta a máxima religiosa de amar ao próximo como a si mesmo, máxima que também foi analisada por Freud e Lacan.

do serviço dos bens, é a muralha ao campo do desejo a qual se refere Lacan (1959-1960/1997, p. 280). A máxima dessa moral do poder é, segundo Lacan: quanto ao desejo, vocês podem ficar esperando sentados.

Tendo em vista, então, essas primeiras distinções entre as noções de moral e ética em Lacan, cabe, agora, tentar compreender porque para Lacan a experiência analítica é uma experiência ética e moral. Na verdade, que a experiência psicanalítica tenha sido situada como ética, isso não causa muita surpresa, haja vista tudo o que Lacan elaborou sobre o estatuto do desejo ao longo da década de 1950. Entretanto, afirmar que a análise é uma experiência moral, isso, sim, é surpreendente. Pois se a moral é aquilo que se coloca como uma barreira para o desejo, não seria contraditório afirmar que a psicanálise é uma experiência moral?

Desse modo, para evidenciar essa dimensão moral da experiência psicanalítica, inicialmente é necessário considerar a função psíquica e social do supereu, qual seja, a de coibir o impulso agressivo do ser humano. Aí, entra o papel da lei moral, mas não apenas no sentido das leis que são criadas pela sociedade e que exercem um poder externo sobre os indivíduos. O que é essencial, segundo Freud, é o sentimento de culpa, decorrente tanto do medo da autoridade externa quanto do supereu, considerado como a autoridade internalizada, transformando parte do eu numa instância censora. Esse medo faz com que a agressividade que estaria voltada contra o outro seja redirecionada ao próprio eu:

Aí, [a agressividade] é assumida por uma parte do ego, que se coloca contra o resto do ego, como superego, e que então, sob a forma de consciência, está pronta para pôr em ação contra o ego a mesma agressividade rude que o ego teria gostado de satisfazer sobre os outros indivíduos. (FREUD, 1930/1996, p. 127)

A internalização da autoridade se dá pelo mecanismo de identificação com a pessoa que a exerce para a criança. Para Freud, ela é o desfecho do complexo de Édipo. Com essa identificação, a autoridade se transforma em *superego*, que passa a possuir toda a agressividade que seria dirigida à autoridade externa. A severidade original do *superego* não representa, então, a severidade imposta pela autoridade externa, mas sim a agressividade dirigida a ela. Essa autoridade já internalizada e transformada numa instância diferenciada do eu passaria a se manifestar, segundo Freud (1923/1996), sob a forma de um imperativo categórico, tal como Kant o postulou. Contudo, é necessário fazer uma ressalva sobre essa identificação do imperativo categórico kantiano e

o supereu, feita pelo próprio Freud. Dunker (2007) mostra como essa identificação é resultado de mau domínio do conceito kantiano. Em Kant, o imperativo é transcendental e universal, por meio do qual o indivíduo realiza a vontade de fazer o bem, ou seja, ele deseja a lei. O supereu, por sua vez, não faz o indivíduo “obedecer à lei pelo desejo da lei, mas por amor às imagens que lhe dão suporte e para fazer-se amável na medida dos ideais que elas propiciam” (FREUD, 1923/1966, p. 282). Isso não significa, contudo, como bem observa o autor, que Freud seja mais útil para compreender o imperativo categórico em chave antropológica.

Já Lacan (1963/1998) ressalta como o imperativo aparece para o sujeito como uma voz na consciência. Essa voz, no entanto, tem um caráter paradoxal, pois, ao mesmo tempo que surge como uma lei, como um dever que obstrui o acesso aos bens em nome de um Bem, ela contém em si uma incitação ao gozo. Ao tornar o bem inacessível, a lei moral, ao mesmo tempo que se dirige contra o prazer, intensifica o gozo pela transgressão da lei. Daí a tese lacaniana de que a lei moral presentifica o real, pois ela remete à inacessibilidade do objeto e incita ao gozo. Mais tarde, Lacan (1971/2009) dirá, ainda apoiado nessa articulação, que o supereu funciona pelo imperativo: goza! Aliás, Freud também chega a falar dessa incitação do supereu ao gozo, com outros referenciais, é claro, quando explica que o supereu tira sua energia do isso (FREUD, 1923/1996) e, quando se refere ao aspecto sádico do supereu, que, ao se conciliar com o masoquismo do eu, faz com que a pessoa se sinta mais culpada quanto mais se abster de agredir os outros (FREUD, 1924/1996). Do ponto de vista do sadismo, diz Freud (1923/1996, p. 67), “o componente destrutivo entrincheirou-se no superego e voltou-se contra o ego”. Já em Freud, portanto, há uma concepção do supereu tanto pela via de Kant como de Sade.

Nesse viés das funções do supereu, cabe refletir, agora, sobre como a experiência psicanalítica incide sobre as posições que o sujeito adota diante das leis morais com as quais se depara. No início de seu seminário sobre a ética, Lacan coloca algumas questões que vão nessa direção. Deve o sujeito se submeter ao imperativo do supereu? Seu verdadeiro dever não seria, ao contrário, ir contra esse imperativo?

A experiência de análise, sem dúvida, traz à tona questões como essa. O próprio analisante as coloca ao falar de seus conflitos. Entretanto, de que maneira a análise incide sobre tais conflitos morais? Reforçando a lei moral e atendendo ao imperativo do supereu? Ao formular as questões apontadas acima, Lacan já indica que não. Isso pode parecer óbvio, mas lembremos que alguns psicanalistas contemporâneos de Lacan

acreditavam que o psicanalista deveria ocupar a posição do supereu para o sujeito, o que, é claro, foi incisivamente criticado por ele (LACAN, 1958/1998). Por outro lado, também não se pode postular que o sujeito deve ir sempre contra a lei moral, pois, nesse caso, a própria civilização humana estaria em risco. Ou seja, a moral em jogo na experiência psicanalítica não deve ser reduzida ao aspecto da renúncia presente nos mandamentos do supereu ou ao sentimento de obrigação.

A experiência moral não se limita ao aspecto de resignar-se a perder o que não tem jeito, ao modo pelo qual se apresenta em cada experiência individual. Ela não está unicamente ligada a esse lento reconhecimento da função que foi definida, autonomizada por Freud sob o termo de supereu, e à exploração de seus paradoxos, que chamei de essa figura obscena e feroz, sob a qual a instância moral se apresenta quando vamos procurá-la em suas raízes. (LACAN, 1959-1960/1997, p. 16, grifo nosso)

Percebendo, assim, as limitações da correlação entre a experiência moral e o supereu, Lacan propõe que se tome a moral pela via daquilo que ele chamou de a ascese freudiana:

*A experiência moral em questão na análise é também aquela que se resume no imperativo original que propõe o que se poderia chamar, no caso, de a ascese freudiana – esse *Wo Es war, Soll Ich werden*, a que Freud chegou na segunda parte de suas *Vorlesungen* sobre a psicanálise. Sua raiz nos é dada numa experiência que merece o nome de experiência moral, e situa-se no próprio princípio da entrada do paciente na psicanálise. (Ibid., p. 16, grifo nosso)*

A ascese – que se refere ao “exercício prático que leva à efetiva realização da virtude, à plenitude da vida moral” (FERREIRA, 2004) – em questão na experiência psicanalítica pode ser sintetizada, então, na afirmação freudiana *Wo Es war, Soll Ich werden*. Tal frase tem mais de uma função para Lacan. A primeira é a de apontar como ela foi mal empregada pela Psicologia do Ego. A tradução inglesa, bem como a versão em português traduzida do inglês, a escreveu da seguinte forma: “onde estava o id, ali estará o ego” (FREUD, 1933/1996, p. 84). Lacan aponta (1953/1998, p. 306), nessa tradução, como o sujeito é transformado num isso (id) que tem que se submeter a um eu (ego). Não se trata, porém, a meu ver, somente de um simples equívoco de tradução ou de, como Lacan o coloca, um uso deturpado da fórmula freudiana. A elaboração freudiana da segunda tópica do aparelho psíquico trouxe contradições na política da direção da cura. Poucas linhas acima da afirmação de Freud, ele diz enfaticamente que o propósito da clínica psicanalítica é “fortalecer o ego” e “fazê-lo mais

independente do superego”, de modo a “poder assenhorar-se de novas partes do id”. É preciso, portanto, criticar Freud pelas implicações da construção da segunda tópica na técnica psicanalítica e criticar a Psicologia do Ego por ter nela se apoiado, esquecendo a clínica fundamentada na primeira tópica.

Parênteses à parte, Lacan propõe, então, uma nova tradução da máxima de Freud. Em *A coisa freudiana*, ele diz: “ali, onde o isso era, é meu dever que eu venha a ser” (LACAN, 1955/1998, p. 419). Em *A ciência e a verdade*, ele faz uma pequena modificação, mas mantém a mesma ideia: “lá onde isso estava, lá, como sujeito, devo (eu) advir” (LACAN, 1966/1998, p. 878). Além de ressituar a direção da cura pela distinção e substituição, na fórmula, do eu pelo sujeito, Lacan (1955/1998, p. 418) explicita – e, aqui, aparece a segunda função à qual me referi – que “*é um dever moral que se anuncia aí*”. Tal como Kant, Lacan postula, então, um imperativo moral, mas apoiado na teoria e na experiência psicanalíticas.

Para compreender de que dever moral se trata nessa frase de Freud, que é transformada por Lacan, digamos assim, num imperativo categórico psicanalítico, vale retomar um pequeno e interessante texto de Freud (1925/1996), *A responsabilidade moral pelo conteúdo dos sonhos*, presente incluído em *Algumas notas adicionais à interpretação dos sonhos como um todo*. Freud levanta, aí, a seguinte questão: “devemos assumir responsabilidade pelo conteúdo dos próprios sonhos?” (p.146). Os sonhos, diz Freud, trazem à tona uma série de realizações imorais. Quando não se trata de tais realizações, eles são reações contra elas na forma de sonhos de punição. Ou seja, sempre se encontra nos sonhos a imoralidade do isso. Pois bem, deve o sujeito se responsabilizar pelo conteúdo imoral de nossos sonhos? Sim, “se procuro classificar os impulsos presentes em mim, segundo padrões sociais, em bons e maus, tenho de assumir responsabilidade por ambos os tipos” (ibid., p. 147).

Goldenberg, em seu *Ensaio sobre a moral de Freud*, também traz contribuições interessantes para entendermos o dever moral em jogo na experiência de análise. Ao afirmar que o desejo inconsciente não é mera abstração psicológica e que os sintomas são uma expressão censurada desse desejo não reconhecido, ele também diz que a responsabilidade moral pelo conteúdo dos sonhos que Freud nos incita a assumir é a responsabilidade pelo desejo inconsciente. Com isso, Freud espera do neurótico “que sinta como própria a exigência de reconhecer-se no que lhe é estrangeiro”, pois “fingir ignorar o *Wunsch* que nos agita, torna-se, para Freud, a única covardia moral verdadeira” (GOLDENBERG, 1994, p. 59).

Nesse sentido, o sintoma, expressão censurada de um desejo, pode ser considerado como decorrente da covardia moral do sujeito. E o supereu, por sua vez, enquanto aquilo que faz o homem renunciar às pulsões que seriam censuradas pelo ideal do eu, é o que leva o sujeito a assumir uma posição covarde perante o desejo. O medo do eu pelo supereu – cuja autoridade foi instaurada pelo poder paterno –, junto com o sentimento de culpa – originado pela agressividade dirigida, mas retida, contra esse poder – e o fato de que o ideal do eu – formado a partir da identificação com os valores transmitidos por esse poder – qualifica os impulsos do isso como sendo bons ou maus, tudo isso faz com que o neurótico renuncie ao seu desejo. A cultura (civilização) aproveita justamente a subjetivação do poder paterno e, por meio da culpa imposta pelo supereu, exige a renúncia e impele o sujeito a buscar uma satisfação substitutiva via sintoma, “desde que se abstenha de ‘agredir os outros’, isto é, de gozar do (no) semelhante” (ibid., 1994, p. 24). Maria Rita Kehl (1996, p. 112), que também reflete sobre o tema da moral em psicanálise, faz um comentário bem interessante a esse respeito:

É esta crueldade do supereu que não produz uma exigência ética de parte do sujeito; ao contrário, produz covardia moral perante os conteúdos inconscientes, produz o masoquismo do eu diante de um supereu que, herdeiro do sadismo do isso, goza ao fazer o eu sofrer.

Dessa forma, para Freud, o sentimento de culpa do neurótico é resultado não só da existência de impulsos maus do isso considerados imorais pelo eu, mas, também, dessa posição covarde que o sujeito adota ao se esquivar e recalcar seu desejo. Creio que Lacan (1959-1960/1997, p. 382) procura ressaltar este último aspecto ao propor que “a única coisa da qual se possa ser culpado, pelo menos na perspectiva analítica, é de ter cedido de seu desejo”. Seja o desejo direcionado ao Bem ou ao Mal, a renúncia a ele provoca o sentimento de culpa. O gozo extraído do sintoma gera, igualmente, essa culpa, pois no sintoma sempre há algo considerado imoral pelo sujeito. A culpa é, então, decorrente da não responsabilização, pelo sujeito, do conteúdo imoral de seus sintomas. Por isso, “culpa e responsabilidade são noções antinômicas em psicanálise” (GOLDENBERG, 1994, p. 96).

O imperativo *Wo Es war, Soll Ich werden* tem embutida em si, portanto, uma política de responsabilização, contrária ao que seria a política do neurótico de não querer saber do desejo. Goldenberg se refere a isso, em outras palavras, ao dizer que “como o sintoma já é renúncia, a psicanálise não pode propor outra coisa a não ser renunciar à renúncia” (ibid., p. 24). Ele também alerta que essa proposta não torna a psicanálise

cínica, pois ela não exalta o gozo proscrito. Isto é, o dever moral psicanalítico não implica que se deva realizar o desejo a todo e qualquer momento. Não ceder de seu desejo não quer dizer que se deva sempre realizá-lo. Trata-se apenas de reconhecer a verdade presente no conflito moral. Como diz Goldenberg, “Freud recusa-se a tomar partido por um dos termos do conflito em detrimento do outro. O conflito deve apenas ser reconhecido enquanto tal” (ibid.).

Isso pode parecer pouco, mas já traz importantes efeitos sobre o sujeito. A responsabilização pelos impulsos do isso, pelos desejos inconscientes, provoca uma transformação subjetiva. O eu também sai dessa experiência transformado, sustentando uma posição subjetiva diferente. E não se trata apenas de se responsabilizar pelos desejos, mas, também, pelo destino que damos a ele. Como bem resume Kehl (1996, pp. 112-113):

É verdade que o próprio Freud garante que não podemos responder criminalmente pelo que desejamos fazer, e sim apenas por nossos atos. Mas, subjetivamente, temos responsabilidade por nossos desejos e pelo destino que damos a eles. Se para me defender do fato de que abrigo em mim impulsos que a sociedade considera perversos ou malignos tanto quanto impulsos moralmente considerados bons, eu recuso ou desconheço o inconsciente como se não fosse meu, estou automaticamente fora do campo da psicanálise – tanto clínico quanto ético. Pois a ética da psicanálise, do lado do analisando, exige justamente que se assuma a responsabilidade moral pelos desejos inconscientes.

Agora, é relevante esclarecer que a ética da psicanálise exige não só a responsabilidade moral pelos desejos inconscientes, mas, também, pelo gozo. A maioria dos comentadores de Lacan costuma enfatizar que a ética da psicanálise é a ética do desejo, o que não deixa de ser correto, uma vez que o próprio Lacan não cansou de dizer, ao longo da década de 1950, que o cerne da experiência psicanalítica é a experiência do desejo. No entanto, por uma questão de rigor, vale sublinhar que a ética psicanalítica implica uma responsabilidade moral tanto pelo desejo quanto pelo gozo. Ou melhor, a assunção de responsabilidade pelo desejo envolve uma transformação no modo como o sujeito goza. Lacan (1959-1960/1997, p. 270) chega a deixar isso bem claro quando afirma que:

Toda a experiência analítica não é senão o convite para a revelação de seu desejo, e ela muda a primitividade da relação do sujeito com o bem, em relação a tudo o que até então foi articulado sobre isso pelos filósofos.

Isso evidencia mais um poder da fala: a delimitação do gozo. Por isso, Lacan afirma que extraiu de sua prática a ética do Bem-dizer (LACAN, 1973/2003). Tal bem-dizer refere-se a esse poder, descrito por Valas (2001, pp. 34-35) de maneira bastante precisa:

Para Lacan, o princípio de prazer consiste em transportar o sujeito de significante em significante, a fim de tamponar todo o excesso de gozo. O significante detém o gozo; e se se pode falar do sujeito do desejo que depende de suas representações, em contrapartida, não há sujeito do gozo, porque, no gozo, que só pode ser sentido pelo corpo, o sujeito se abole.

Delimitação ou detenção não quer dizer, porém, eliminação do gozo. A experiência psicanalítica demonstra que o gozo, embora delimitável, não é eliminável. Qual destino, então, dar a esse gozo? O ideal de conduta engendrado pelo imperativo freudiano deixa a resposta um tanto vaga. Além disso, a própria experiência psicanalítica revela que não é possível fundar uma moralidade universal que dê conta do problema do gozo. Essa contradição é bem explicada por Dunker (2007, p. 288):

A situação fica dramática quando percebemos como este dever (*sollen*) figura no próprio imperativo categórico que comanda a cura analítica: *Wo Es war, soll Ich werden*. Enquanto este dever (*sollen*) assumia uma simpática e austera ressonância com a moral kantiana, tudo corria bem. A psicanálise era mais um braço no projeto moderno do Esclarecimento (*Aufklärung*) a serviço da construção de um superego ao mesmo tempo crítico e benevolente. Mas quando se percebe como o imperativo categórico possui sua face de terror e opressão, nos vemos como autênticos representantes das estratégias superegoicas de conversão, purificação (desejo puro?), ascese e confissão que Foucault tão bem criticou em sua arqueologia da psicanálise. “Que advenha o sujeito” (*soll Ich werden*) pode tornar-se máxima superegoica de aplicação clínica que justifica, na universalidade de sua teoria, uma opressão do sujeito.

Um primeiro meio para buscar resolver essa contradição da moral universal em psicanálise é deslocar a questão para o âmbito da ética da singularidade. Ou seja, cada sujeito deve realizar uma escolha quanto ao que fazer com seus desejos e seu gozo, de modo a considerar as contingências de sua história, do Outro que o cerca, dos ideais que o constituíram e de sua posição fantasmática. Essa é, aliás, a dimensão trágica da ética psicanalítica. Antígona, tomada por Lacan como o paradigma dessa dimensão trágica da ética da psicanálise, tem que fazer uma escolha entre dois bens. Um deles é o da moral do poder, representado pelo rei Creonte, que proíbe o funeral de seu sobrinho e irmão de Antígona; outro é o dos costumes religiosos, que pregava que ele teria

direito ao funeral e suas honrarias tradicionais. O bem desejado por Antígona, como se sabe, é este último. E Antígona estava disposta a arcar com todas as consequências de sua escolha, responsabilizando-se pelo seu desejo, mesmo que isso custasse sua morte. Ela não cedeu a ele. A posição de Antígona quanto ao seu desejo e o bem nele implicado representa, desse modo, a meta moral da psicanálise, sintetizada na questão: “agiste em conformidade com o desejo que te habita?” (LACAN, 1959-1960/1997, p. 367). Ao mesmo tempo, a fim de preservar sua dimensão ética, essa meta moral deve se manter relativa às singularidades de cada caso. O de Antígona é um extremo, mas, por isso mesmo, representa bem como a ética do desejo nos leva ao confronto de distintos valores morais. Ademais, Antígona também nos mostra que a moral do poder vai em direção oposta à do desejo. Por isso, a ética da psicanálise não deve ser reduzida ao ideal de conforto individual, que, frequentemente, encontra-se numa adaptação ou resignação à moral do poder, ao serviço dos bens:

A ética da psicanálise não é uma especulação que incide sobre a ordenação, a arrumação, do que chamo de serviço dos bens. Ela implica, propriamente falando, a dimensão que se expressa no que se chama de experiência trágica da vida. É na dimensão trágica que as ações se inscrevem, e que somos solicitados a nos orientar em relação aos valores. (Ibid., pp. 375-376)

A oposição entre uma ética do desejo (singularidade do sujeito) e uma moral do poder, entretanto, não é suficiente para resolver a contradição de se estabelecer um imperativo categórico que sirva de referência para a experiência da psicanálise. Esse imperativo, pelos ideais por ele engendrados, continua dando margem a diversos equívocos, podendo ser transformado em uma máxima superegoica, segundo Dunker (2007), ou em uma nova ideologia hedonista de realização dos desejos². Portanto, ainda era preciso a Lacan formular algo em que fosse possível tratar dos efeitos da análise sobre o bem, o que, com efeito, o levou a tratar mais densamente do tema da travessia da fantasia e das identificações. Como afirma Dunker (2007, p. 288): “isso levará Lacan ao duplo programa de demonstrar a falta constitutiva do Outro e a conjectura de que é possível um ato que ultrapasse a alienação ao objeto que sutura essa

2 Como ocorreu em 1968, em Paris, quando se encontrava o “não ceder de seu desejo” em faixas nas entradas das comunidades estudantis, pregando a liberdade da sexualidade (LINHART, 2008).

falta: a travessia do fantasma”. Para isso, outros conceitos passaram a ser elaborados e utilizados por Lacan, como o de ato e o de discurso. Mas esses já são pontos a ser discutidos num outro momento.

Referências

- DOSTOIÉVSKI, F. (1879). *Os irmãos Karamázov*. São Paulo: Ed. 34, 2008.
- DUNKER, C. I. L. *Estrutura e constituição da clínica psicanalítica*. Tese (Livre Docência em Psicologia Clínica) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.
- FERREIRA, A. B. H. *Dicionário Aurélio*. São Paulo: Positivo, 2004.
- FREUD, S. (1913). Totem e tabu. In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, 1996. v. XIII.
- _____. (1923). O ego e o id. In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, 1996. v. XIX.
- _____. (1924). O problema econômico do masoquismo. In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, 1996. v. XIX.
- _____. (1925). Algumas notas adicionais sobre a interpretação de sonhos como um todo. In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, 1996. v. XIX.
- _____. (1928). Dostoiévski e o parricídio. In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, 1996. v. XXI.
- _____. (1930). Mal-estar na civilização. In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, 1996.
- _____. (1933). Novas conferências introdutórias sobre psicanálise. In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, 1996.
- GOLDENBERG, R. *Ensaio sobre a moral de Freud*. Salvador: Ágalma, 1994.
- KEHL, M. R. Psicanálise, ética e política. In: FRANÇA, M. I. (Org.). *Ética, psicanálise e sua transmissão*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996. p. 109-121.
- LACAN, J. (1953). Função e campo da fala e da linguagem em psicanálise. In: *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.
- _____. (1955). A coisa freudiana. In: *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.
- _____. (1958). A direção do tratamento e os princípios de seu poder. In: *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.
- _____. (1959-1960). *O Seminário, Livro VII: a ética da psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.
- _____. (1963). Kant com Sade. In: *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.
- _____. (1964). *O Seminário, Livro XI: os quatro conceitos fundamentais da psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.
- _____. (1966). A ciência e a verdade. In: *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

- LACAN, J. (1971). *O Seminário, Livro XVIII: de um discurso que não fosse semblante*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.
- _____(1973). Televisão. In: *Outros escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.
- LINHART, V. *Le jour où mon père s'est tu*. Paris: Seuil, 2008.
- RINALDI, D. *A ética da diferença: um debate entre psicanálise e antropologia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.
- VALAS, P. *As dimensões do gozo: do mito da pulsão à deriva do gozo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

Recebido em 10/8/2011; Aprovado em 10/9/2011.